



## LAGARTO À PORTUGUESA

### Ingredientes

1300 a 1500 g de lagarto, bem limpo, tire toda gordura.

### MOLHO:

2 cebolas grandes bem picadas ou fatiadas bem fininhas/1 maço cheiro verde bem picado/1 cálice de vinho branco/5 tomates picados sem pele/Salsinha/Pimento a gosto/1/4 de copo de azeite/2 tabletes de caldo de carne 100 g de azeitonas picadas/Orégano/Se preferir, colocar pimentão picado 1/2 copo de vinagre/2 copos e meio de água.

### Modo de preparo

Limpe bem a carne. É importante não deixar nenhuma gordurinha. Limpe eASSE com sal em toda a volta da carne. Coloque óleo em uma panela de pressão. Coloque a carne quando estiver bem quente, e doure virando sempre, até quando todos os lados estiverem dourados. Coloque 1/2 copo de vinagre diluído em 1/2 copo de água, mais 2 copos de água. Deixe ferver na panela de pressão mais ou menos 40 minutos. Tire a carne e deixe esfriar. Corte em fatias bem finas. Junte no molho que sobrou da panela, todos os ingredientes do molho. Deixe ferver. Junte a carne fatiada e o molho em camadas alternadas. Deixando na geladeira de um dia para o outro fica um sabor especial. Sirva em lanches, como aperitivo ou refeição.

## FILÉ DE SALMÃO AO FORNO FÁCILIMO

### Ingredientes

500 g de filé de salmão/ Azeitonas fatiadas sem caroço/Orégano/3 colheres de sopa de Molho de soja (shoyu)/Sal a gosto/ Azeite a gosto/Limão/Papel alumínio/1/2 cebola fatiada.

### Modo de preparo

Lave o salmão com suco de limão. Aqueça o azeite e adicione a cebola fatiada, deixando no fogo até que fique transparente. Reserve. Cubra uma assadeira com papel alumínio de maneira que a sobra dê para forrar todo o peixe. Sobre o papel alumínio na assadeira, coloque o peixe já temperado com sal, regue com azeite e shoyu. Decore com fatias de azeitonas e um pouco de orégano. Despeje a cebola por cima. Embrulhe com o papel alumínio, de maneira que o líquido não derame quando começar a esquentar. Leve ao forno médio para assar por cerca de 30 minutos. Sirva com legumes e salada verde.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



# Câmara Municipal de Belford Roxo

## ATOS OFICIAIS

### RESOLUÇÃO N° 306, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020

"Institui o Código de Ética e Decoro da Câmara Municipal de Belford Roxo."

AUTORIA: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE:

### RESOLUÇÃO

Art. 1° O Código de Ética e Decoro da Câmara Municipal de Belford Roxo é instituído na conformidade do texto anexo.

Parágrafo único. As normas estabelecidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar complementam o Regimento Interno e dele passam a fazer parte integrante.

Art. 2° O inciso I do art. 47B do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belford Roxo passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 47B. ....

.....

I - processar e julgar os processos que lhe competirem referentes à ética, disciplina e quebra de decoro parlamentar, nos termos da Lei Orgânica, desta resolução e do Código de Ética e Decoro;

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Parágrafo único. Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar.

Art. 2° As imunidades, prerrogativas e franquias asseguradas pela Constituição, pela Lei Orgânica, pelas leis e pelo Regimento Interno aos vereadores são instituídos destinados à garantia do exercício do mandato popular e à defesa do Poder Legislativo Municipal.

### CAPÍTULO II DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 3° São deveres fundamentais do vereador:

I - promover a defesa do interesse público e da soberania nacional;

II - respeitar e cumprir a Constituição, a Lei Orgânica, as leis, o Regimento Interno, o Código de Ética e Decoro Parlamentar e as normas internas da Casa;

III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;

V - apresentar-se à Câmara durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa;

X - apreender-se adequadamente traído às sessões solenes, ordinárias e extraordinárias, e nelas permanecer até o final dos trabalhos, exceto que haja dispensa por parte da mesa diretora, por deliberação da maioria de seus componentes.

### CAPÍTULO III DOS ATOS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR

Art. 4° Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

I - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal;

II - perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas;

III - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos vereadores;

IV - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;

V - omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações;

VI - incitar ou mobilizar pessoas, grupos de qualquer ordem ou classe, segmentos da população, contra qualquer de seus pares, servidores da casa ou, ainda, dos poderes executivo e judiciário, nas sessões solenes, ordinárias ou extraordinárias da Câmara Municipal;

VII - fraudar, omitir ou falsificar documentos e/ou informações relativos às prestações de contas de viagens cujas despesas sejam pagas pela Casa de Leis ou financiadas pelo dinheiro público;

VIII - revelar com antecedência prévia às sessões da casa, e sua apresentação formal, aos órgãos de imprensa o conteúdo de projetos e, principalmente, seus pareceres jurídicos e de comissões, com o objetivo de gerar conflito e discórdia, fazer uso político de informação privilegiada, ou simplesmente obter vantagem política com grupos ou pessoas afetadas por projetos específicos;

IX - ser relator de matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse específico de pessoa física ou jurídica, com as quais mantenha relações econômicas ou profissionais, ou, que tenham contribuído em sua campanha eleitoral;

X - ofender denúncia inverídica ou prestar depoimento calunioso que tenha por objetivo punir ou cassar mandato de outro vereador;

XI - entregar, sob qualquer pretexto, a cidadã eleitor do município de Belford Roxo, vantagens pecuniárias, dinheiro, bens materiais, doações, cortêsias, pagamentos de títulos e contas ou qualquer benefício que caracterize vantagem a quem recebe. Excluem-se aqui brindes, auxílios de locomoção, assistência e doações às associações de bairro, fomento ao esporte, assistência operacional e intelectual para resolução de pro-

blemas cotidianos e doações oficiais, essas declaradas pela emissão formal de recibos/notas e comunicadas à mesa diretora da Câmara e, consequentemente, informação à receita federal e/ou Justiça Eleitoral, o que for pertinente ao caso.

### CAPÍTULO IV DOS ATOS ATENTATÓRIOS AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 5° Atenam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

I - perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões de comissão;

II - praticar atos que infringam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro vereador, a Mesa ou comissão, seus respectivos Presidentes, funcionários da Casa, ou ainda ao público presente;

IV - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;

V - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão tenham resolvido devam ficar secretos;

VI - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

VII - reatar matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;

VIII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às sessões, ou às reuniões de comissão;

IX - utilizar material de uso, consumo e recursos da Câmara para fins pessoais, tais como materiais de escritório, informática, cópias, telefones, veículos, combustível, servidores, dentre outros de destinação exclusiva aos trabalhos da Câmara;

X - apresentar-se em sessões solenes, ordinárias e extraordinárias visivelmente embriagado ou sob efeito de substância entorpecente de qualquer natureza. Excluem-se medicamentos prescritos;

XI - caluniar, difamar e/ou injuriar autoridades públicas da sociedade civil municipal, em especial aquelas integrantes dos poderes Executivo e Judiciário;

XII - aconselhar pessoas ou grupos da sociedade a pedir ajuda financeira ou material a outro vereador, ou ainda, indicar os nomes de seus pares como potenciais fontes de recursos.

Parágrafo único. As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de apreciação mediante provas.

Art. 6° A Comissão de Ética e Decoro compete, além das condutas no Regimento Interno:

I - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal;

II - processar os acusados nos casos e termos previstos neste Código e, decidir recursos na sua competência;

III - instaurar o processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários a sua instrução, nos casos e termos deste Código;

IV - responder às consultas da Mesa, de comissões e de vereadores sobre matérias de sua competência;

§1°. Além das regras de impedimentos contidas no Regimento Interno, não poderá ser membro da Comissão de Ética e Decoro o vereador:

I - submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;

II - que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais ou de suspensão temporária do exercício do mandato, e da qual se tenha o competente registro nos anais ou arquivos da Casa;

III - Presidente da Câmara.

§2°. O recebimento de representação contra membro da Comissão por infração dos preceitos estabelecidos por este Código, com prova inequívoca de verossimilhança da acusação, constitui causa para seu imediato afastamento da função, a ser aplicado de ofício pelo Presidente da Câmara, devendo perdurar até decisão final sobre o caso.

Art. 7°. O corregedor da Câmara participará das deliberações da Comissão de Ética e Decoro, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada necessárias ao esclarecimento dos fatos investigados.

CAPÍTULO V  
DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 8°. São as seguintes as penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar:

I - censura, verbal ou escrita;

II - suspensão de prerrogativas regimentais;

III - suspensão temporária do exercício do mandato;



## FRANGO DE PAINEL DE PRESSÃO SEM ÁGUA

### Ingredientes

1 frango inteiro/1/2 cebola/pimenta-do-reino (a gosto)/cebola (a gosto)/salsinha (a gosto)/colorau (a gosto).

### Modo de preparo

Corte o frango em pedaços.

Coloque em uma panela de pressão o frango e os ingredientes, menos o colorau e cozinhe por 20 minutos em fogo alto.

Abra a panela com cuidado (não esqueça de tirar a pressão), coloque o colorau e uma pitada de sal.

Cozinhe por mais 20 minutos, dependendo do seu fogão em fogo médio.

Bom apetite!

## CARNE MOÍDA COM BATATA SIMPLES

### Ingredientes

500 g de carne moída/3 colheres de óleo/2 dentes de alho/1 cebola média picada/1 tablete de tempero sabor galinha ou carne/4 batatas cortadas em cubo/tempero verde/1 colher de colorau.

### Modo de preparo

Coloque o óleo e a cebola até o cebola murchar e perder um pouco de água. Em seguida o alho e colorau.

Coloque a carne até ela se soltar e fritar um pouco. Em seguida, adicione o tablete de tempero.

Assim que estiver dissolvendo o tablete, coloque a batata com um pouco de água, tampe a panela. Logo em seguida, veja se a batata está mole e acrescente o tempero verde.

## GALINHA COM QUIABO

### Ingredientes

680 g de molho de tomate/1/2 litro de água/600 g de galinha cortada em pedaços/1 cebola inteira picada/3 dentes de alho/4 colheres (sopa) de azeite de oliva/300 g de quiabo picado em rodela/200 g de milho sal e pimenta a gosto.

### Modo de preparo

Ferva o molho de tomate, a água e o sal. Reserve.

Aqueça o azeite e frite os pedaços de galinha com o alho e a cebola.

Coloque o quiabo picado Mexa apenas um pouco, com cuidado para ele não babar.

Cubra com o caldo até que passe dois dedos do nível dos ingredientes. Espere cozinhar bem, e acrescente o milho ao restante do que foi preparado com o molho e despeje sobre a galinha. Misture tudo e deixe mais 3 minutos em fogo brando. Refrite no fogo.

Sirva ainda quente com arroz branco.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



# Câmara Municipal de Belford Roxo

ATOS OFICIAIS

IV - perda do mandato.

**Parágrafo único.** Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

**Art. 9º.** A censura verbal será aplicada, pelo Presidente da Câmara, em sessão, ou de comissão, durante suas reuniões, ao vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos I e II do art. 5º.

**Parágrafo único.** Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo poderá o vereador recorrer ao respectivo Plenário.

**Art. 10.** A censura escrita será aplicada pela Mesa, por provocação do ofendido, nos casos de incidência na conduta dos incisos III e IV do art. 5º, ou, por solicitação do Presidente da Câmara ou de comissão, nos casos de reincidência nas condutas referidas nos incisos I e II do mesmo artigo.

**Art. 11.** A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada pelo Plenário da Câmara Municipal, por proposta da Comissão de Ética e Decoro, ao vereador que incidir nas vedações dos incisos VI a VIII do art. 5º, observado o seguinte:

I - qualquer representação, não importando a sua origem (pessoa ou grupo), tem que necessariamente ser apresentada formalmente para a Comissão de Ética e Decoro, que se torna então representante formal deste grupo ou pessoa que se entende parte legítima para fazê-la, deferindo ou não a abertura e instauração de processo, sendo qualquer cidadão parte legítima para representar, especificando os fatos e respectivas provas;

II - recebida representação nos termos do inciso I, verificadas a existência dos fatos e respectivas provas, o Presidente da Casa agirá conforme artigo 13 e seguintes;

III - são passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:

a) usar a palavra, em sessão, no horário destinado aos Expedientes em Plenário;

b) encaminhar discurso ou qualquer outro escrito para publicação;

c) candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de presidente ou vice-presidente de comissão;

d) ser designado relator de proposição em comissão ou no Plenário;

IV - a penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no inciso III, ou apenas sobre algumas, a juízo da Comissão, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar progressiva do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida;

V - em qualquer caso, a suspensão não poderá estender-se por mais de seis meses.

**Art. 12.** A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato, de no máximo trinta dias, e de perda do mandato são de competência do Plenário da Câmara Municipal, que deliberará em escrutínio secreto e por maioria simples de seus membros, por provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, após processo disciplinar instaurado pela Comissão de Ética e Decoro, na forma deste artigo e seguintes.

**§1º.** Será punível com a suspensão temporária do exercício do mandato o vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos V, e do IX ao XII do art. 5º e com a perda do mandato o vereador que incidir nas condutas descritas no art. 4º.

**§2º.** Poderá ser apresentada, à Mesa, representação popular contra vereador por procedimento punível na forma deste artigo.

**§3º.** A Mesa não poderá deixar de conhecer representação apresentada nos termos do §2º, devendo sobre ela emitir parecer fundamentado, determinando seu arquivamento ou o envio à Comissão de Ética e Decoro para a instauração do competente processo disciplinar, conforme o caso.

**Art. 13.** Os processos instaurados pela Comissão de Ética e Decoro não poderão exceder o prazo de sessenta dias para sua deliberação pelo Plenário.

**§1º.** O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato não poderá exceder noventa dias.

**§2º.** Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a Mesa terá o prazo de dois dias, improrrogável, para incluir o processo na pauta da Ordem do Dia, sobressaindo todas as demais matérias, exceto as matérias urgentes já previstas na Lei orgânica ou no Regimento Interno.

### CAPÍTULO IV DO PROCESSO DISCIPLINAR Seção I Da Instauração do Processo

**Art. 14.** A representação encaminhada pela Mesa será recebida pela Comissão de Ética e Decoro, cujo presidente instaurará imediatamente o processo, determi-

nando as seguintes providências:

I - o registro e autuação da representação;

II - designação dos membros da comissão de inquérito;

III - notificação ao vereador representado, acompanhada da cópia da respectiva representação e dos documentos que a instruem, para apresentar defesa no prazo estipulado.

**§ 1º** Na designação membros da comissão a que se refere o inciso II do caput deste artigo, o presidente da Comissão de Ética e Decoro procederá à escolha observando que os vereadores escolhidos não sejam da mesma sigla partidária, nem que já lhe tenha sido distribuído outro processo em curso.

**§ 2º** Havendo designação dos três membros, o presidente indicará dentre eles o relator do processo.

**§ 3º** No caso de impedimento ou desistência do relator ou de outro membro, o presidente da Comissão de Ética e Decoro designará relator substituto ou membro suplente na sessão ordinária subsequente.

### Seção II Da Defesa

**Art. 15.** A partir do recebimento da notificação, o representado terá o prazo de duas sessões ordinárias para apresentação de defesa escrita, que deverá estar acompanhada de documentos e rol de testemunhas, até o máximo de cinco.

**Art. 16.** Transcorrido o prazo de duas sessões ordinárias, sem que tenha sido apresentada a defesa ou a indicação de provas, o presidente da Comissão de Ética e Decoro deverá nomear defensor dativo para, em prazo idêntico, oferecê-la ou requerer a produção probatória, ressalvado o direito do representado de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança ou a si mesmo defender-se, sem que haja sobrestamento do prazo.

**Parágrafo único.** A escolha do defensor dativo ficará a critério do presidente da Comissão de Ética e Decoro, que poderá nomear um vereador não membro desta Comissão.

**Art. 17.** Ao representado é assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os seus termos e atos, pessoalmente ou por intermédio de procurador.

### Seção III Da Instrução Probatória

**Art. 18.** Findo o prazo para apresentação da defesa, o relator procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias.

**§ 1º.** Nos casos puníveis com suspensão de prerrogativas regimentais, a instrução probatória será processada, em, no máximo, trinta dias.

**§ 2º.** As diligências a serem realizadas fora do município dependerão de autorização prévia da Mesa Diretora.

**Art. 19.** Em caso de produção de prova testemunhal, na reunião em que ocorrer oitiva de testemunha observará-se as seguintes normas:

I - a testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe defeso qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução;

II - ao relator será facultado inquirir a testemunha no início do depoimento e a qualquer momento que entender necessário;

III - após a inquirição inicial do relator, será dada a palavra ao representado;

IV - a chamada para que os vereadores inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros da Comissão de Ética e Decoro e a seguir os demais vereadores;

V - será concedido a cada vereador o prazo de até dez minutos improrrogáveis para formular perguntas e o tempo máximo de três minutos para a réplica;

VI - o vereador inquiridor não será apartado;

VII - a testemunha não será interrompida, exceto pelo presidente da Comissão ou pelo relator;

VIII - se a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas, sendo-lhe permitido consignar protesto ao presidente da Comissão, em caso de abuso ou violação de direito.

**Art. 20.** A Mesa da Câmara, o representante, o representado ou qualquer vereador poderá requerer a juntada de documentos em qualquer fase do processo até o encerramento da instrução.

**Art. 21.** Nos casos puníveis com perda ou suspensão de mandato, a Comissão, em petição fundamentada, poderá solicitar à Mesa, em caráter de urgência, que submeta ao Plenário da Câmara, requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do representado.

**Art. 22.** A Comissão de Ética e Decoro poderá encaminhar à Mesa Diretora requerimento solicitando a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do representado, obtidos por Comissão Parlamentar de Inquérito encerrada ou em funcionamento na Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Na justificação do requerimento, além de circunstanciar os fatos e determinar a causa

do pedido, a Comissão deverá precisar os documentos aos quais necessita ter acesso.

**Art. 23.** O levantamento e a transferência de dados sigilosos, a que se referem os arts. 21 e 22, só serão admissíveis em relação à pessoa do representado, somente sendo permitida a solicitação de acesso às informações sigilosas de terceiros, mediante relatório preliminar circunstanciado justificando a necessidade da medida.

**Art. 24.** Considerar-se-á concluída a instrução do processo com a entrega do parecer do relator, que será apreciado pela Comissão de Ética e Decoro no prazo de duas sessões ordinárias.

**§1º.** Nas hipóteses previstas para aplicação de pena de suspensão de prerrogativas regimentais, suspensão do exercício do mandato e perda de mandato, o parecer poderá concluir pela improcedência, sugerindo o arquivamento da representação, ou pela procedência, caso em que oferecerá, em anexo, o respectivo projeto de resolução.

**§2º.** Recebido o parecer, a Comissão o desdobrará em duas partes, disponibilizando para divulgação apenas a primeira parte, formada pelo relatório; a segunda, que consiste no voto do relator, ficará sob sigilo até sua leitura em reunião pública.

### Seção IV Da Apreciação do Parecer

**Art. 25.** Na reunião de apreciação do parecer do relator, a Comissão observará o seguinte procedimento:

I - anunciada a matéria pelo Presidente passa-se a palavra ao relator, que procederá à leitura do relatório;

II - a seguir é concedido o prazo de vinte minutos, prorrogáveis por mais dez, ao representado ou seu procurador para defesa;

III - é devolvida a palavra ao relator para leitura do seu voto;

IV - inicia-se a discussão do parecer, podendo cada membro da Comissão usar a palavra durante dez minutos improrrogáveis e, por cinco minutos, os vereadores que a ela não pertenciam, sendo facultada a apresentação de requerimento de encerramento de discussão após falarem dois vereadores;

V - a discussão e a votação realizar-se-ão em reunião pública;

VI - é facultado, a critério do Presidente, o prazo de dez minutos improrrogáveis ao relator para a réplica e, igual prazo, à defesa para a tréplica;

VII - é vedada a apresentação de destaque ao parecer; VIII - aprovado o parecer, será lido como da Comissão, e desde logo pelo Presidente e pelo relator, constando o resultado da votação;

IX - se o parecer for rejeitado pela Comissão, a redação do parecer vencedor será feita no prazo de uma sessão pelo novo relator designado pelo Presidente.

### Seção V Dos Recursos

**Art. 27.** Da decisão de questão de ordem, de reclamação que contrariar norma constitucional, legal, regimental ou a este Código, resolvida conclusivamente pelo Presidente da Comissão de Ética e Decoro caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Presidente da Câmara.

**Art. 28.** Da decisão da Comissão em processo disciplinar caberá recurso, sem efeito suspensivo, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

**Art. 29.** Concluída a tramitação do recurso, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no expediente, será publicado no Boletim ou Diário oficial local.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 30.** Para a apuração de fatos e das responsabilidades previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão poderá solicitar, por intermédio da Mesa da Câmara, auxílio de outras autoridades públicas.

**Art. 31.** Havendo necessidade, o Presidente, ouvida a Comissão, requererá à Mesa da Câmara que submeta ao Plenário a prorrogação dos prazos a que se referem o artigo 13 deste Código.

**Art. 32.** Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2020.

### NELCI PRACA PRESIDENTE

JUAREZ DA FARMÁCIA MARKINHO GANDRA  
1º Vice-Presidente 1º Secretário

ANGELO RAMOS ANJINHO NEM COLONIAL  
2º Vice-Presidente 2º Secretário

CRISTIANE GUEDES KENIA SANTOS  
3º Vice-Presidente 3º Secretário

